



QUESTÕES
DIREITO DIGITAL

O ponto da sua **aprovação** ESTÁ AQUI!

www.legalmenteaprovado.com.br

contato@legalmenteaprovado.com.br

Proibido a cópia, reprodução e venda. Todos os direitos reservados.



Direito Digital, Novas Tecnologias e Inteligência Artificial para concursos públicos

4ª Revolução Industrial

É a fase atual de transformação tecnológica caracterizada pela fusão de tecnologias físicas, digitais e biológicas. Seus pilares são a Internet das Coisas (IoT), a Inteligência Artificial, a *Big Data*, a robótica e a biotecnologia, impactando todos os setores, incluindo o Direito.

Transformação Digital no Poder Judiciário

É o processo de modernização do Judiciário por meio da adoção de tecnologias digitais. Seu objetivo é aumentar a eficiência, a transparência e o acesso à Justiça, com iniciativas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e as audiências por videoconferência.

Tecnologia no Contexto Jurídico

Refere-se ao estudo e à aplicação de ferramentas e soluções tecnológicas para otimizar as atividades jurídicas, desde a pesquisa processual até a automação de rotinas em escritórios de advocacia e tribunais.

Automação do Processo

É o uso de software para realizar automaticamente tarefas processuais repetitivas, como a distribuição de processos, a juntada de petições, a geração de cálculos e a emissão de intimações, agilizando o andamento processual.

Inteligência Artificial (IA) e Direito

Ramo que estuda a aplicação de sistemas computacionais capazes de simular a inteligência humana para auxiliar em tarefas jurídicas, como análise de documentos, previsão de resultados judiciais (*predictive justice*) e pesquisa jurisprudencial.

Audiências Virtuais

São atos processuais realizados por meio de videoconferência ou outras plataformas de comunicação online, permitindo a participação remota de juiz, partes, advogados e testemunhas, conforme regulamentado pelo CNJ.

Cortes Remotas

Refere-se à capacidade de magistrados e tribunais funcionarem de forma não presencial, realizando sessões de julgamento e demais atividades por meio de sistemas digitais, garantindo a continuidade dos serviços judiciários.

Ciência de Dados e Jurimetria

Ciência de Dados é a área que extrai conhecimento e insights a partir de grandes volumes de dados. Jurimetria, é sua aplicação ao Direito, usando análise estatística para estudar o comportamento dos tribunais, leis e processos.

Resoluções do CNJ sobre Inovações Tecnológicas

São os atos normativos editados pelo Conselho Nacional de Justiça para disciplinar a adoção de tecnologia no Judiciário. Exemplos importantes são a Resolução CNJ 332/2020 (audiências de custódia por videoconferência) e a Resolução CNJ 385/2021 (Processo Judicial Digital).

Persecução Penal e Novas Tecnologias

É a utilização de ferramentas tecnológicas pelo Estado na investigação e repressão de crimes. Inclui técnicas como geolocalização, quebra de sigilos digitais, criptoanálise e vigilância digital, que devem observar os limites constitucionais.



Crimes Virtuais e Cibersegurança

Crimes Virtuais (Cibercrimes), são condutas ilícitas praticadas contra ou por meio de sistemas informatizados (ex.: invasão de dispositivo, furto de dados). Cibersegurança, é o conjunto de medidas para proteger sistemas, redes e dados contra esses ataques.

Deepweb e Darkweb

Deepweb: Parte da internet não indexada por mecanismos de busca convencionais (ex.: bancos de dados, intranets). Darkweb: Pequeno segmento da Deepweb que requer softwares específicos (ex.: Tor) para acesso, often associada ao anonimato e a atividades ilícitas.

Provas Digitais

São informações ou elementos de convicção gerados, armazenados ou transmitidos em formato digital, capazes de comprovar um fato em um processo (ex.: e-mails, prints, logs de acesso, metadados). Sua validade depende da observância da cadeia de custódia digital.

Criptomoedas e Lavagem de Dinheiro

Criptomoedas, são moedas digitais descentralizadas que utilizam criptografia para segurança. São alvo de preocupação no combate à Lavagem de Dinheiro, devido ao pseudo-anonimato que podem oferecer, exigindo regulação para sua rastreabilidade.

Contratos Inteligentes (Smart Contracts), Blockchain e Algoritmos

Blockchain: Tecnologia de registro distribuído e imutável (um "livro-razão" digital). Contratos Inteligentes: Códigos de programação autoexecutáveis armazenados na blockchain. Algoritmos: Sequências lógicas de passos para resolver um problema, base da programação.

LGPD e Proteção de Dados Pessoais

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), estabelece regras sobre a coleta, uso, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais por empresas e pelo poder público, garantindo direitos aos titulares e impondo obrigações aos agentes de tratamento.

Documento Eletrônico

É toda representação digital de um fato ou informação com aptidão para produzir efeitos jurídicos. Possui a mesma validade do documento físico, desde que atendidos requisitos de autoria e integridade (ex.: um arquivo PDF assinado digitalmente).

Assinatura Eletrônica: Modalidades e Atributos

É uma expressão gráfica vinculada a um documento eletrônico para manifestar autoria e concordância. Suas modalidades variam em complexidade e segurança, desde a simples (ex.: senha) até a Assinatura Digital, que utiliza criptografia e tem valor de assinatura manuscrita.

Publicidade do Processo, dos Atos Processuais e Segredo de Justiça no Contexto Tecnológico

Reflete o conflito entre o princípio da publicidade dos atos processuais (facilitado pela internet) e a necessidade de proteger a intimidade das partes em casos específicos (segredo de justiça), exigindo cuidados redobrados na era digital para evitar vazamentos.

A Técnica e os Valores Humanos

É a reflexão ética sobre os impactos da tecnologia na sociedade e no Direito. Aborda a necessidade de subordinar o desenvolvimento e a aplicação de ferramentas tecnológicas a valores humanos fundamentais, como a privacidade, a dignidade da pessoa humana, a equidade e o devido processo legal.



QUESTÕES
DIREITO DIGITAL

53 questões variadas

COMENTADAS

www.legalmenteaprovado.com.br

contato@legalmenteaprovado.com.br

Proibido a cópia, reprodução e venda. Todos os direitos reservados.



podemos encontrar websites, bancos de dados, gestores usados por administradores de sites, contas de serviços em nuvem privadas (como Dropbox ou Google Drive), e outros recursos restritos ao público em geral. É importante observar que a Deep Web pode contar com conteúdo legal, como bancos de dados governamentais, arquivos científicos, bibliotecas digitais ou sites que exigem assinaturas (como fóruns, etc.). A Dark Web é um pedaço da Internet dentro da Deep web, que é intencionalmente escondida e não indexada pelos mecanismos de busca. Ao contrário da Deep Web, o conteúdo da Dark Web não é acessível através dos navegadores web convencionais. Fonte: <https://www.welivesecurity.com/br/2023/03/30/darkweb-deepweb-e-darknet-qual-a-diferenca/>

Questão: 54 Ano: 2023 Banca: VUNESP PC SP - Investigador de Polícia

Assinale a alternativa que indica um software que pode ser usado para acessar a DeepWeb.

- a) Edge.
- b) Safari.
- c) Google Chrome.
- d) Tor.
- e) Bing.

Comentários:

A resposta correta é a letra d. Tor é um navegador que permite o acesso à DeepWeb.

Questão: 55 Ano: 2024 Banca: FGV TJ SC - Juiz Substituto

Baptista cadastrou-se em aplicativo de corridas para prestar serviço como motorista. Pouco tempo, logrou avaliação elevada pelos passageiros, a ponto de começar a priorizar apenas corridas que lhe rendessem mais. Assim, muitas vezes forçava o cancelamento, atrasando a chegada ao ponto de encontro. O algoritmo, então, identificou essa conduta, que infringia o regulamento, e, imediatamente, notificou-o do desligamento.

À luz da jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, nesse caso a decisão automatizada da plataforma é:

- a) ilegal, na medida em que a hipótese é regida, concomitantemente, pela legislação civil e consumerista, esta a vedar a rescisão unilateral do contrato pelo fornecedor;
- b) ilegal, considerada a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, de modo que, mesmo em relações civis paritárias, não se admite a afetação de posições individuais sem prévio contraditório e ampla defesa;
- c) legal, porque, em relações civis paritárias, deve prevalecer a liberdade negocial e a alocação de riscos contratadas, de sorte que só haverá oportunidade de impugnar essa

decisão se assim previsto no regulamento subscrito por Baptista;

- d) legal, porque, em relações civis paritárias, deve prevalecer a liberdade negocial e a alocação de riscos contratadas, porém, como as informações que levaram ao descredenciamento são consideradas dados pessoais, deve haver necessariamente a oportunidade de impugnação, nos termos do Art. 20 da LGPD;
- e) ilegal, porque as informações que levaram ao descredenciamento são consideradas dados pessoais sensíveis, de modo que não admitem o tratamento automatizado pela plataforma, consoante o Art. 7º, I, da LGPD, sem a prévia consulta ao titular, até mesmo por se considerar a suspensão horizontal dos direitos fundamentais.

Comentários:

A resposta correta é a alternativa d. Vai de encontro à jurisprudência do STJ sobre o tema: Conjugando a determinação do Art. 20 da LGPD com a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas, entende-se que o titular de dados pessoais deve ter informação sobre a razão da suspensão de seu perfil, bem como pode requerer a revisão dessa decisão, garantido o seu direito de defesa.

A plataforma pode suspender imediatamente o perfil do motorista quando entender que a conduta é suficientemente gravosa, informando-lhe a razão dessa medida, mas ele poderá requerer a revisão dessa decisão, garantido o contraditório. Se tiver sido conferido o direito de defesa ao usuário e ainda assim a plataforma concluir que restou comprovada a violação aos termos de conduta, não há abusividade no descredenciamento do perfil. Até mesmo porque não se afasta a possibilidade de revisão judicial da questão.

STJ. 3ª Turma. REsp 2.135.783-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18/6/2024 (Info 817). CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Não há óbice para a imediata suspensão do perfil profissional de motorista de aplicativo que pratica ato suficientemente gravoso, com a possibilidade de posterior exercício de defesa visando ao recredenciamento. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://buscador.dizerodireito.com.br/jurisprudencia/12821/nao-ha-obice-para-a-imediata-suspensao-do-perfil-profissional-de-motorista-de-aplicativo-que-pratica-ato-suficientemente-gravoso-com-a-possibilidade-de-posterior-exercicio-de-defesa-visando-ao-recredenciamento>. Acesso em: 26/09/2025 - 23:48

Questão: 53 Ano: 2023 Banca: FGV TRF 1 - Juiz Federal Substituto

O avanço tecnológico apresentou novos desafios no campo probatório do direito processual penal, ensejando, com isso, colisão entre os interesses públicos envolvidos na investigação e julgamento



de processos criminais e direitos fundamentais individuais.

Sobre o tema, e levando-se em consideração a jurisprudência nacional e internacional acerca da matéria, é correto afirmar que:

- a) o Superior Tribunal de Justiça já considerou válida a utilização da geofencing como técnica de investigação criminal, com atingimento de dados telemáticos de pessoas não identificadas;
- b) a Corte Europeia de Direitos Humanos já julgou válida a possibilidade de juízes robôs efetuarem julgamento de causas de menor complexidade;
- c) não há riscos da predição de decisões judiciais por algoritmos, uma vez que não existe discriminação algorítmica;
- d) a Corte Interamericana de Direitos Humanos já validou o reconhecimento facial em larga escala realizado por câmeras de alta precisão colocadas em vias públicas;
- e) os princípios da legalidade digital e da ética digital reconhecem a inexistência de risco para o processo penal com a substituição do juiz humano por algoritmos.

fundamentada-nao-ofende-a-protecao-a-privacidade-e-a-intimidade. Acesso em: 26/09/2025 - 23:58

Esta questão, tem similaridade com os comentários da questão 49, recomendamos uma análise em conjunto.

Comentários:

A alternativa correta é o item a. A resposta vai em encontro com a jurisprudência do STJ sobre o tema: A determinação judicial de quebra do sigilo de dados informáticos estatísticos (registros) relacionados à identificação de usuários que operaram em determinada área geográfica, suficientemente fundamentada, não ofende a proteção constitucional à privacidade e à intimidade. A quebra do sigilo de dados armazenados não obriga a autoridade judiciária a indicar previamente as pessoas que estão sendo investigadas, até porque o objetivo precípuo dessa medida é justamente de proporcionar a identificação do usuário do serviço ou do terminal utilizado. Logo, a ordem judicial para quebra do sigilo dos registros, delimitada por parâmetros de pesquisa em determinada região e por período de tempo, não se mostra medida desproporcional, porquanto, tendo como norte a apuração de gravíssimos crimes, não impõe risco desmedido à privacidade e à intimidade dos usuários possivelmente atingidos por tal diligência. STJ. 3ª Seção. RMS 61.302-RJ, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 26/08/2020 (Info 678). CAVALCANTE, Márcio André Lopes. A determinação judicial para identificação dos usuários que operaram em determinada área geográfica, suficientemente fundamentada, não ofende a proteção à privacidade e à intimidade. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://buscador dizerodireito.com.br/jurisprudencia/7686/a-determinacao-judicial-para-identificacao-dos-usuarios-que-operaram-em-determinada-area-geografica-suficientemente-fundamentada-nao-ofende-a-protecao-a-privacidade-e-a-intimidade>

RASCUNHO



QUESTÕES
DIREITO DIGITAL

74 questões de LGPD

COM INDICAÇÃO DA
LEGISLAÇÃO

www.legalmenteaprovado.com.br

contato@legalmenteaprovado.com.br

Proibido a cópia, reprodução e venda. Todos os direitos reservados.



II - Considera-se dado anonimizado o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

III - Os princípios de livre acesso, transparência e não discriminação devem ser observados pelas atividades de tratamento de dados pessoais.

IV - Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais ainda que o titular, cidadão brasileiro, se encontre no exterior no momento da coleta.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Questão: 43

Ano: 2023 Banca: GUALIMP Advogado

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018) regulamenta, dentre outros aspectos, o tratamento de dados pessoais. Ao final do tratamento os dados devem ser eliminados, porém, a mesma lei supracitada autoriza o armazenamento dos dados para diferentes finalidades.

Assinale a alternativa que não constitui uma das finalidades de armazenamento previstas em lei para os dados pessoais:

- a) Quebra dos direitos autorais depositados em bancos de dados de domínio público.
- b) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- d) Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Questão: 44

Ano: 2023 Banca: FUNDEP Advogado

Nos termos do artigo 17 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade.

De acordo a LGPD, sobre o direito dos titulares de dados, analise as afirmativas a seguir.

- I.** É garantida a correção de dados incorretos, inexatos ou desatualizados.
- II.** É garantido o anonimato das entidades públicas das quais o controlador realizou o uso do compartilhamento de dados.
- III.** São garantidos a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão: 45

Ano: 2023 Banca: FUNDEP Advogado

Não é uma modalidade sanção administrativa aplicável pela autoridade nacional aos agentes de tratamento de dados que pratiquem infrações às normas previstas na Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- a) Suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pelo período máximo de três meses.
- b) Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização.
- c) Advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.
- d) Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

Ano: 2023 Banca: Consulplan Advogado

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assinale a afirmativa correta:

- a) O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer com o consentimento do titular ou seu representante legal.
- b) O encarregado é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- c) A LGPD se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins, exclusivamente, jornalísticos, artísticos, acadêmicos ou de segurança pública.
- d) Considera-se anonimização a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação a um indivíduo.

Questão: 47

Ano: 2023 Banca: FGV Juiz do Trabalho Substituto

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) constitui uma complexa regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.



Sobre seus dispositivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) entre os fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais estão o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;
- b) excluem-se do âmbito territorial de aplicação da LGPD, os dados pessoais provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na Lei;
- c) o tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais não são incluídos no âmbito de aplicação da LGPD;
- d) o consentimento dado pelo titular para o tratamento de seus dados pessoais pode ser por escrito ou por outros meios que demonstre a manifestação de vontade do titular, não sendo necessária a cláusula destacada das demais cláusulas contratuais, quando fornecido por ele;
- e) dado pessoal sensível é aquele que trata sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Questão: 48

Ano: 2023 Banca: FGV TJ ES - Juiz Substituto

Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), é correto afirmar que:

- a) o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando o seu titular autorizar;
- b) poderá ser considerado dado pessoal aquele utilizado para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada;
- c) é sempre vedado ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso;
- d) o operador é o responsável por indicar o encarregado pelo tratamento de dados

pessoais, cuja identidade e informações de contato deverão ser públicas;

- e) o controlador deverá comunicar, no prazo de 48 horas, à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

Questão: 49

Ano: 2023 Banca: CESPE/CEBRASPE - PGE PA - Procurador do Estado

Na hipótese de um cidadão apresentar requerimento à administração pública, solicitando cópias das folhas de ponto e dos contracheques de determinado servidor, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (LAI), o poder público, com base na LAI, no Decreto estadual n.º 1.359/2015 e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), deve proceder da seguinte forma:

- a) conceder as cópias dos contracheques, por serem estes documentos públicos disponíveis no eletrônico Portal da Transparência, e negar acesso às folhas de ponto, quando o requerente não apresentar justificativa da solicitação do requerente, conceder cópias das folhas de ponto, sendo vedada a exigência de justificativa para o fornecimento dos contracheques, uma vez que estes são documentos de interesse público disponíveis no Portal da Transparência.
- c) em observância à LGPD, obter autorização do servidor para o fornecimento das folhas de ponto e contracheques solicitados.
- d) independentemente de justificativa do requerente, conceder cópias das folhas de ponto e dos contracheques solicitados, por serem ambos documentos de interesse público, devendo ocultar eventuais informações de ordem pessoal do servidor.
- e) mediante justificativa dos motivos determinantes da solicitação, conceder as cópias das folhas de ponto e dos contracheques solicitados.

Questão: 50

Ano: 2023 Banca: VUNESP Advogado

Considere que João é a pessoa que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador e há cinco dias, em violação à legislação de proteção de dados pessoais e no exercício de sua atividade de tratamento de dados pessoais, causou um dano moral a Gisele.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é correto afirmar que João desempenha as funções de

- a) encarregado, sendo subsidiariamente responsável pelos danos ocasionados a Gisele.